

REVISTA BRASILEIRA
DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

PUBLICADA PELO INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

VOL. XXXIII OUTUBRO-DEZEMBRO, 1959 N.º 76

A INVESTIGAÇÃO SOCIAL DIANTE DOS PROBLEMAS EDUCACIONAIS BRASILEIROS *

RENATO JARDIM MOREIRA

O conhecimento existente sôbre a realidade educacional brasileira, ponto de partida para a investigação científica de seus problemas, é principalmente de natureza estatística. Numa categoria à parte, não menos importante, podem ser considerados os estudos de caráter interpretativo dos dados coligidos e divulgados pelas agências estatísticas. As ciências sociais, no Brasil, só esporadicamente se preocuparam com a investigação de problemas educacionais — as obras existentes nesse campo são antes resultados de formulações teóricas que elaborações de investigação empírica. Só recentemente, a organização do Centro Brasileiro e dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais com a intenção de unir educação e ciências sociais, propôs, de um modo sistemático e até institucional, a investigação social de problemas educacionais.

Essa vinculação da pesquisa social a problemas educacionais, numa entidade cuja finalidade é realizar os estudos e pesquisas que sirvam a um programa de reconstrução educacional do País, tende a marcar de um modo decisivo as características da investigação social de problemas educacionais. Ainda é cedo para se perceber essas características, claramente, a partir dos trabalhos realizados ou em andamento nesses Centros. Por isso é necessário, inicialmente, analisar a natureza do conhecimento existente sôbre a realidade educacional, ponto de partida para a realização desse tipo de pesquisa. Essa análise permitirá propor a forma que a investigação social, se ainda não assumiu, acabará por realizar decisivamente, para atender ao conhecimento atual e aos seus próprios fins.

A estatística educacional brasileira é disciplinada por um Convênio firmado entre a União e os Estados, em 1931, que padroniza para todo o País as informações a serem coligidas e

* Trabalho apresentado no Simpósio de Problemas Educacionais, realizado no Centro de Pesquisas Educacionais de São Paulo, em setembro do corrente ano.

estabelece as normas para a coleta e apresentação de dados. Embora uma série de contingências tenha impedido a execução, de um modo completo, do plano estabelecido, passou-se a ter, a partir de 1932, um grande acervo de informações sobre o nosso sistema educacional. Como são informações que pretendem dar uma visão geral da nossa situação educacional, os setores encarregados dessa estatística passaram a dar ênfase a sua divulgação em prejuízo do aperfeiçoamento do sistema de coleta e tratamento de dados.

Os dados disponíveis sobre nosso sistema educacional, resultando de um plano elaborado com o objetivo de fornecer uma visão geral da situação educacional, numa época em que apenas começavam a se desenvolver as técnicas de amostragem, não poderiam atender, como não atendem, a condições necessárias ao planejamento de amostras — a falta de um cadastro completo é a primeira delas.¹ Faltando o mínimo, não se pode ir adiante e indicar a inexistência de estudos sobre a variabilidade das diversas características da escola, básicos para dimensionar amostras e estabelecer a eficiência relativa dos possíveis esquemas amostrais.

Feita essa apreciação do Plano das Estatísticas Educacionais e de algumas limitações que impõe ao desenvolvimento da pesquisa, pode-se indicar as possibilidades que os dados efetivamente divulgados abrem à análise e interpretação científica. Pode-se fazê-lo, transcrevendo as conclusões de um trabalho realizado no C.R.P.E.: “De um modo geral, os resultados que têm sido publicados são apresentados sob a forma de totais globais e por isso não permitem conhecer o ensino primário em seus diferentes aspectos, não se referem aos elementos básicos necessários àquele conhecimento; e, finalmente, aparecem com atraso. Esse atraso varia de dois a três anos para os dados referentes ao movimento e aproveitamento escolar e corpo docente; a matrícula no fim do primeiro mês letivo é publicada com quase um ano de atraso. Há ainda a acrescentar que os dados são apresentados nos vários números do Anuário Estatístico do Brasil com variações tabulares, fornecendo informações discretas, não passíveis de comparação. Assim, os dados disponíveis sobre a escola primária brasileira, como sobre a escola em geral, não permitem o conhecimento das várias configurações em que se organizam os diver-

1 No Estado de São Paulo, por exemplo, não havia uma relação completa das escolas na entidade responsável pela estatística educacional. Para tomar um caso extremo: eram desconhecidas dessa repartição 79 escolas primárias particulares do município de S. Paulo que, em 1958, tinham 6.220 alunos matriculados. Avalia-se a dimensão dessa perda comparando-a ao total de matrícula — 50.000 — nesse tipo de ensino, nessa época. Dados do Cadastro de Escolas do CRPE.

dos componentes da realidade educacional, nem o estudo do desenvolvimento do ensino naqueles aspectos sobre os quais são publicados os resultados".²

Para completar esta análise do conhecimento de natureza estatística do sistema educacional brasileiro, resta fazer uma referência à qualidade dos dados que apresenta. Além das falhas que provêm do desconhecimento de todas as unidades escolares, fato já indicado e ilustrado em nota, podem-se acrescentar outros dois fatores que afetam a precisão desse tipo de conhecimento: a não remessa de informações por algumas escolas e erros no preenchimento do formulário pelo informante. No primeiro caso, pelo menos no Estado de São Paulo, as informações sobre a matrícula no ensino estadual ainda podem ser completadas através do Mapa de Movimento que as escolas enviam à administração escolar; quanto às escolas particulares, isso é bem mais problemático, pois nem todas elas fornecem esses dados ao poder público. A respeito dos erros no preenchimento dos formulários, um outro trabalho realizado no CRPE³ aponta um conjunto de falhas observadas no preenchimento de um quadro que pede a matrícula geral, a efetiva, e, ainda, o número de aprovados e reprovados nos diferentes graus do ensino primário. Por aí se vê que essas falhas, em geral, resultam da falta de cuidado e preparação do informante, quando não da expectativa de que o questionário será criticado pela coerência entre a soma das parcelas pedidas e os seus respectivos totais. A origem desses dois fatores de imprecisão parece estar na falta de uma rotina, em geral por inexistência de recursos, de se voltar ao informante todas as vezes em que os dados fornecidos não estiverem completos, ou que, na crítica do formulário, se notarem erros nas informações. Essa falha técnica, além de perpetuar os erros, tem um outro resultado negativo, também causa de imprecisões — dar ao informante a expectativa de que ninguém se ocupa dos formulários⁴ e, em conseqüência, estes passam a ser considerados mais um papel a preencher, mais uma formalidade a cumprir.

2 Joana Mader Elazari Klein: "Os Dados Disponíveis Sobre a Escola Primária". *Pesquisa e Planejamento*, vol. I, nº 2. Junho de 1959. Observações semelhantes fazem Jaime de Abreu e J. Roberto Moreira em seus estudos do sistema educacional do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, respectivamente.

3 José Fábio Barbosa da Silva: "Fontes de Falhas nas Informações Sobre Matrícula na Escola Primária", em *Pesquisa e Planejamento*, vol. II, nº 2, junho de 1959.

4 As conseqüências dessa expectativa para a realização de pesquisas em que o professor é o informante foram analisadas em um outro trabalho realizado no CRPE — Isaías Pessotti — "Comunicação apresentada ao X Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência". Embora a situação não seja a mesma, apresenta muitos pontos comuns com esta, e aquela análise vale, em linhas gerais, para este caso.

Num outro nível de conhecimento estão os estudos que lançam mão dos dados fornecidos pela estatística. Dentre esses estudos, apresentam interesse especial, nesta discussão, os que diagnosticam os problemas da educação brasileira e traçam as linhas gerais de uma política educacional para corrigi-los.⁵ São essas análises programáticas que estabeleceram um *consensus* a respeito dos problemas relevantes da educação e definiram, na medida em que usam determinados dados, os aspectos significativos sobre os quais a estatística deve informar.⁶ Por outro lado, o grupo intelectual responsável por esse conhecimento tem estado nos últimos 30 anos ligado à administração escolar, quer ocupando postos executivos, quer exercendo, informalmente, o papel de consultores das autoridades. Essa responsabilidade de natureza política e a persistência, e mesmo o agravamento dos problemas educacionais, devido ao processo de desenvolvimento desencadeado na sociedade brasileira, agiram seletivamente na formação do conhecimento sobre eles, porque não havia necessidade de definir novos problemas antes de se resolver os já apontados, mais salientes, talvez os relevantes. Nessas condições, a investigação social, no momento que toma por objeto os problemas educacionais brasileiros, deve procurar conhecer, preliminarmente, os aspectos gerais, recorrentes, do sistema de educação.

Considere-se, para concluir esta parte, essa necessidade de conhecer aspectos gerais e a espécie de compromisso, definido na própria organização institucional dos Centros de Pesquisas Educacionais, entre o planejamento da ação política e a investigação social. Ambos indicam a orientação que deverá assumir esse tipo de pesquisa diante dos problemas educacionais brasileiros, desde que seu desenvolvimento esteja, como se sugeriu, vinculado a essas instituições. Para marcar claramente o sentido da discussão que segue, o seu objetivo é demonstrar a possibilidade de se obter um conhecimento da realidade educacional que satisfaça, ao mesmo tempo, as solicitações da administração escolar e os requisitos da pesquisa científica.

5 Para objetivar esta argumentação, lembra-se que são considerados análises programáticas alguns dos trabalhos de Abgar Renault, Almeida Júnior, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Teixeira de Freitas. No entanto, pode-se apontar como documentos típicos dessa forma de análise os dois manifestos de educadores divulgados em 1932 e 1959.

6 Como a principal crítica ao ensino brasileiro se refere ao seu caráter seletivo, e o conhecimento da matrícula e aproveitamento nos diferentes graus ilustram suficientemente esse fato, todo o completo sistema de apuração e apresentação tabular, previsto no Plano da Estatística Educacional, foi, aos poucos, atrofiando-se até fornecer, praticamente, esse tipo de informação.

Um conhecimento que sirva para planejar uma política educacional tem certas características que o afastam do que é comumente valorizado como sendo de natureza científica. Não precisa ser exaustivo, mas apenas fornecer os elementos suficientes para o planejamento da ação política. Não precisa ser original quanto à sua matéria. Mais ainda, ao se realizar a pesquisa para obtê-lo, não deve haver preocupação de que êle venha a representar uma contribuição teórica, nem de empregar técnicas originais.

Isso não quer dizer que o especialista elimine de seu horizonte intelectual cogitações de problemas teóricos ou de refinamento dos instrumentos e processos de coleta e análise de dados. "The American Soldier", e a produção científica dos que trabalhavam no Research Branch, é uma prova eloqüente da presença de preocupação teórica em especialistas que se desligavam desses problemas enquanto preparavam informações e relatórios aos chefes militares. Não é sem razão que a bibliografia recente das ciências sociais está impregnada da expressão "análise secundária", geralmente entendida como o estudo de determinados problemas com objetivos teóricos, através de materiais coligidos para outros fins, em geral práticos. Insista-se mais uma vez que a desnecessidade de contribuição teórica não quer dizer falta de preocupação teórica, pois a eliminação desta ordem de cogitações na pesquisa leva à descoberta dos rotulados "pequenos fatos sem sentido". O que se pretende é evitar a presença, de um modo absorvente e asfíxiante, de preocupações de natureza teórica e não eliminá-las.

A persistência das limitações indicadas torna-se clara quando se atenta para a generosidade de que devem revestir-se os resultados da pesquisa educacional. Apesar de os processos de amostragem permitirem uma redução extraordinária do número de casos a estudar, para se ter um conhecimento generalizável, a natureza dos dados disponíveis sobre a escola brasileira constitui um óbice, quase insuperável, para o planejamento de amostras de escolas, professores e alunos, que impliquem a análise de um número pequeno de casos.

O conhecimento, com as características que acabam de ser descritas, deve satisfazer à condição de ser obtido rapidamente. Essa rapidez é necessária para que as conclusões de uma pesquisa apareçam em tempo útil para as decisões a tomar, isto é, não venham depois de consumada uma situação que se pretendia evitar ou quando uma situação que se queria remediar já não apresenta mais condições para tal.

Aquelas características do conhecimento sobre a realidade educacional e a condição de que êste seja obtido rapidamente recomendam um tipo de investigação hoje corrente nas ciências

sociais — o levantamento (*survey*).⁷ Esse tipo de pesquisa, que se desenvolveu para atender às necessidades dos que se interessavam pelos resultados do trabalho científico para aplicação prática, em geral usa o questionário como instrumento de coleta dos dados e trabalha com uma amostra da população estudada. Além disso, pelo vulto do trabalho e por ser complexa a realidade a que se refere, exige a formação de equipes numerosas com especialistas em vários campos das ciências sociais e nos diversos tipos de atividades necessárias à sua realização.

O levantamento está mesmo sendo encarado por alguns especialistas como tendo permitido a retomada dos ideais de aplicação prática dos conhecimentos científicos, presentes nas obras dos precursores das ciências sociais. Ideais que pareciam cada vez mais difíceis de ser atingidos porque essas ciências, na ânsia de estabelecer critérios que tornassem inteligíveis tôdas as situações de convívio humano (passadas e presentes), elaboraram, nos fins do século passado e princípios dêste, um corpo de conhecimentos, altamente abstrato e formal, sôbre a realidade social. Esse rumo tomado pelas ciências sociais não permitia o planejamento de uma política de intervenção racional na sociedade e levou o cientista social a pensar apenas em mudanças estruturais globais. Nesse momento, torna-se difícil distinguir a ciência da filosofia social e da ação política.

Na bibliografia especializada, as discussões sôbre aspectos formais da aplicação de conhecimentos científicos preponderam às indicações concretas para o desenvolvimento de uma política de intervenção na sociedade. Para apresentar alguns dos tópicos discutidos com maior ênfase, os cientistas sociais preocupam-se em propor e analisar as possibilidades que a ciência abre à modificação das condições de vida do homem, as barreiras que se apresentam às transformações e os sucessivos estágios por que passará a sociedade em que se introduzir determinada política.

Essa situação começa a modificar-se no fim do primeiro quartel dêste século, quando solicitações sociais, extracientíficas, provocam o desenvolvimento, à margem das ciências sociais e usando seus métodos e técnicas, dos estudos que ficaram conhecidos pelas denominações de previsões eleitorais e pesquisas de mercado e de opinião pública. As previsões eleitorais, inicialmente feitas para satisfazer à curiosidade pública, pelo resultado das eleições antes de sua realização, passaram a ser um instru-

7 Sôbre a caracterização do levantamento, conferir especialmente: Leon Festinger e Daniel Katz (eds), *Research Methods in the Behavioral Sciences*, New York, 1953, Herbert Hyman, *Survey Design and Analysis*, Glencoe, 1955, Marie Jahoda, Morton Deutsch e Stuart. W. Cook (eds), *Research Methods in Social Relations*, New York, 1954. Sôbre a sua história: Rensis Likert, "The Sample Interview Survey as a Tool of Research and Policy Formation", in Daniel Lerner e Harold D. Laswell (eds) *The Policy Sciences*, Stanford, 1951, págs. 233-51.

mento usual na condução de campanhas políticas. Os homens de empresa, cada vez mais, lançam mão da pesquisa de mercado para se orientarem sobre as disposições do consumidor em relação a determinado produto. Os responsáveis pelo governo recorrem, com frequência crescente, a pesquisas de opinião para conhecer as reações do público, diante da orientação que vêm imprimindo à administração ou de projetos que pretendem realizar.

As discussões travadas em torno dos resultados de alguns desses estudos e o sucesso e repercussões de outros chamaram a atenção e despertaram o interesse dos cientistas sociais. Aos poucos esses cientistas foram perdendo suas desconfianças e restrições a esses tipos de pesquisas e elas estão se integrando, paulatinamente, no corpo das ciências sociais. Para a superação dessas restrições contribuiu decisivamente o uso nesses estudos, a partir de 1930, em escala crescente, de técnicas de amostragem e experimentação, ao lado de procedimentos refinados de elaboração e aplicação de questionários. Hoje, embora ainda haja alguns focos de resistência, os cientistas sociais, de um modo geral, não colocam esses trabalhos fora de seu campo.

Subjacente a todo o processo descrito, aparecendo como condição para o seu desenvolvimento, está o aparecimento e o aperfeiçoamento da tabulação mecânica. Essa técnica de computação de dados, usada pela primeira vez em 1890 pelo Bureau do Censo dos Estados Unidos, tornou-se acessível a outras instituições públicas e particulares, por volta de 1914. A tabulação mecânica, possibilitando ao especialista manipular grande número de variáveis e de casos num curto prazo de tempo, imprimiu grande rapidez na execução de pesquisas. Sem dúvida alguma, essa forma de tabulação abriu novas perspectivas ao desenvolvimento da aplicação das ciências sociais.

A apresentação do objetivo central e do contexto de um levantamento, que o Centro Regional de Pesquisas Educacionais de S. Paulo está realizando, permitirá discutir a principal restrição que tem sido feita a esse tipo de pesquisa — acumulação assistemática de conhecimentos. Essa discussão, além de colocar a restrição nos seus devidos termos, dará os elementos necessários para um reexame das limitações do levantamento, anteriormente indicadas.

O objetivo central desse levantamento é alcançar uma descrição sistemática preliminar do sistema escolar primário do Município de São Paulo. A partir dessa descrição será possível programar uma série de pesquisas que permitam determinar as variáveis relevantes para o estudo da realidade educacional e ampliar continuamente o seu conhecimento, assim como completar progressivamente a descrição inicial. Isso não quer dizer que se aceita por meta um conhecimento de toda a extensão dessa

realidade, mas que, só a partir de dados válidos para todo êsse universo, e referentes a tôdas as suas diferentes unidades, é que se podem ter informações significativas sôbre o sistema educacional. Sômente depois de se obter êsse conhecimento de caráter geral sôbre a educação, se poderão iniciar explorações exaustivas de aspectos específicos da realidade, cuja superfície já foi sondada de um modo sistemático.

Essa descrição, essencialmente dinâmica, do sistema educacional, permitirá em alguns casos diagnosticar situações problemas; em outros, apenas propor problemas que exigem novos estudos. Dará elementos para a formulação de hipóteses a serem comprovadas em investigações futuras. Fornecerá indicações para o estabelecimento de normas de prioridade para a realização de pesquisas. Esclarecendo o significado de algumas variáveis que parecem relevantes nas investigações educacionais, contribuirá para a proposição de critérios que sirvam à construção de amostras, através das quais será possível realizar pesquisas com a observação de pequeno número de casos.

Êsse *continuum* de pesquisas, erguido sôbre a descrição sistemática inicial, permitirá que, ao alargamento de um conhecimento em extensão, de superfície, do sistema educacional, corresponda uma penetração em profundidade, compreensiva dessa realidade. Em outras palavras, a descrição sistemática da educação brasileira, ao mesmo tempo que é o objetivo dessa série de pesquisas, é condição para se determinarem as variáveis relevantes para o estudo do sistema educacional e para a ampliação progressiva do conhecimento dessas variáveis. Essa descrição levará a pesquisas cujos resultados serão usados para completá-la.

Encarando-se o levantamento no contexto de um amplo programa de pesquisas, desenvolvido ou a ser desenvolvido por uma instituição que se interessa pelo conhecimento de um campo restrito da realidade, as limitações dessa técnica apresentam-se de um modo diferente. A possibilidade de se acumularem conhecimentos assistemáticos e irrelevantes é restringida na medida em que as evidências buscadas se referem às anteriores e umas às outras. A acumulação de um conhecimento integrado, no longo processo de pesquisas, acabará por constituir uma fonte inexaurível, para reflexões de natureza teórica, sôbre as interrelações e a dinâmica de fenômenos sociais. Num processo, por assim dizer, natural, sem o perigo de se perder a referência empírica, virá a contribuição teórica. Sem os riscos de se cair num refinamento estéril de procedimentos, aparecerão, com o tempo, novas soluções nesse campo. O conhecimento original, quando obtido, será muito mais rico porque terá por base um amplo universo fático.

Resta discutir uma limitação de natureza extracientífica do levantamento — a organização de grandes equipes acarreta gastos elevados. Essa real limitação é contornada quando a administração pública está interessada no conhecimento científico dos problemas educacionais e instala, e mantém, instituições do tipo do Centro Brasileiro e Centros Regionais de Pesquisas Educacionais. Essa organização, cujo objetivo é realizar os estudos e pesquisas que forneçam elementos para a reconstrução educacional do País, tem a possibilidade de obter os recursos necessários para o financiamento da pesquisa no campo da educação.

As limitações do tipo de conhecimento que se pode alcançar através de um levantamento e, em consequência, as restrições que, do ponto-de-vista científico, podem ser feitas a essa técnica, não se sustentam quando se usa esse procedimento na fase inicial de um *continuum* de pesquisas e essa fase é preponderantemente de descrição. Só quando já se tiver um conhecimento ponderável de vários aspectos gerais da educação, é que se poderá e se deverá pensar em procedimentos e análises mais refinados das ciências sociais. Será então a vez da entrevista, do estudo de casos, da observação e de todo o conjunto de técnicas sociológicas, antropológicas e psicológicas, até que se atinja, em alguns setores, a experimentação.

Chega-se assim a uma forma satisfatória de compromisso entre as necessidades do conhecimento da realidade para fins práticos e a investigação científica. De um modo imediato, atende-se às solicitações da administração escolar e, a longo prazo, é verdade, aproxima-se o conhecimento dos padrões ideais a que deve corresponder o trabalho científico.